Continuação

grupo panvel

Sociedade de Capital Aberto - CNPJ Nº 92.665.611/0001-77

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)

blemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para gestão de riscos financeiros, não realizando operações com finalidade especulativa. Esses instrumentos são mensurados a valor justo, com variações reconhecidas no resultado. A mensuração ocorre mensalmente com base na posição de mercado a mercado.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes na sua totalidade possuem curto prazo de recebimento, não possuindo caráter de financiamento e são consistentes com as práticas de mercado, sendo classificados no ativo circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para devedores de liquidação duvidosa (*impairment*), pela provisão de descontos financeiros.

2.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição, líquido das bonificações, e o valor líquido de realização, incluindo as provisões para cobrir eventuais perdas. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados para concretizar a venda.

2.8 Verbas contratuais

A Companhia mantém transações comerciais com fornecedores decorrentes de acordos relacionados à compra e venda de mercadorias. No âmbito desses acordos, determinados produtos podem ser comercializados em conjunto com outras mercadorias ou com a concessão de descontos ao cliente final, sendo tais iniciativas, substancialmente, promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda da Companhia. As condições desses acordos são estabelecidas individualmente entre as partes, podendo apresentar características e naturezas distintas. Essas transações compreendem, entre outras, descontos financeiros concedidos por fornecedores, abatimentos por volume de compras, verbas destinadas a ações de *marketing*, publicidade, bem como valores relacionados à divulgação de ofertas em catálogos próprios e outros instrumentos promocionais, tais acordos apresentam condições comerciais específicas e variáveis, conforme as negociações estabelecidas com cada fornecedor. Os valores correspondentes a esses acordos são apurados e faturados mensalmente aos fornecedores. Esses montantes são reconhecidos contabilmente no respectivo ativo, tendo como contrapartida o custo, com o objetivo de recompor a margem impactada pelas negociações comerciais e pelos descontos concedidos ao consumidor final.

2.9 Imobilizado

Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor de custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos ou seus valores reavaliados a valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na nota explicativa 12. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.10 Intangível

Os ativos intangíveis são representados pela locação de ponto comercial, marcas e patentes e direito de uso de *softwares*. Os valores registrados como ponto comercial são de desembolsos iniciais realizados pela Companhia para obter a cessão de uso de determinado estabelecimento onde ficará localizada a filial. São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada calculada pelo método linear com base na vida útil econômica conforme descrito na nota explicativa 13.

2.11 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, exceto os estoques e impostos diferidos que possuem normas específicas para divulgação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas tendo como base as jurisprudências vigentes, as evidências disponíveis, bem como as estimativas de custos e a sua natureza, atualizados nas datas de balanços. Riscos classificados como possíveis são divulgados em nota explicativa e os remotos não são provisionados e nem divulgados. Os valores provisionados por natureza dos riscos, bem como a de riscos possíveis estão descritos na nota explicativa 21. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa temporal do dinheiro e de riscos específicos da obrigação.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os ativos diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, de forma que seja reconhecido sobre as diferenças que resultariam sobre o efeito adicionado no cálculo do lucro tributável ou prejuízo fiscal futuros, quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e quando aplicável, estabelece provisões com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.15 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio aos acionistas da Controladora é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base na legislação societária e no Estatuto Social da Companhia, que prevê a distribuição mínima de 25% do lucro líquido do exercício social a título de dividendos. Os valores propostos para distribuição que excedam esse limite mínimo permanecem registrados como obrigação apenas quando aprovados, conforme demonstrado na nota explicativa 22.

2.17 Arrendamentos

A Companhia reconheceu na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos que já haviam sido classificados como "arrendamentos operacionais" conforme o IAS 17. A Companhia reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da assinatura do contrato de arrendamento. Os principais contratos da Companhia se referem a operações de arrendamento de lojas. Como o Grupo não tem condições de determinar a taxa exata de desconto a ser aplicada nos contratos, utiliza-se a taxa de juros que a Companhia teria que pagar, em caso de tomada de recursos de terceiros, num ambiente econômico similar. Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa incremental de juros conforme nota explicativa 20. A Diretoria da Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. As remensurações dos passivos de arrendamento foram reconhecidas como ajuste nos respectivos ativos de direito de uso. Abaixo seguem as principais premissas utilizadas pela Companhia para avaliar se um contrato é ou contém um arrendamento:

- O arrendador não pode ter o direito substantivo de substituir o ativo por um ativo alternativo durante o prazo do arrendamento;
- A Companhia tem substancialmente todos os benefícios econômicos do ativo de um contrato caso ele se beneficie da maior parte dos benefícios provenientes do produto principal, subproduto e outros benefícios que o ativo poderá gerar;
- A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo, porque ele como e para que fins ele será utilizado durante o período de uso ou quando essas decisões estiverem predeterminadas no contrato e a Companhia operar o ativo, sem que o arrendador tenha o direito de alterar essas instruções de funcionamento.

2.18 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece suas receitas conforme a NBC TG 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, utilizando o modelo de cinco etapas, que inclui:

(i) identificar o contrato,
(ii) identificar as obrigações de desempenho,
(iii) determinar o preço da transação,
(iv) alocar esse preço às obrigações e
(v) reconhecer a receita à medida que o controle dos bens ou serviços é transferido ao cliente.

Venda de mercadoria

A Companhia reconhece as receitas, principalmente, por meio da comercialização de medicamentos de marca própria, genéricos, produtos de higiene e beleza, bem como da prestação de serviços farmacêuticos e correlatos. Essas receitas são realizadas tanto em lojas físicas por meio de canais digitais. Considerando a natureza padronizada das operações de varejo, a Administração concluiu que tais transações envolvem, de forma geral, uma única obrigação de desempenho, correspondente à disponibilização dos produtos ou à prestação dos serviços ao cliente final, não sendo identificados elementos adicionais que caracterizem obrigações de desempenho distintas. A receita é reconhecida quando ocorre a transferência do controle dos produtos ou a prestação dos serviços ao cliente, o que usualmente coincide com a conclusão da venda no ponto de venda ou com a entrega ao cliente, no caso das vendas digitais, refletindo a substância econômica das transações. A mensuração da receita considera as condições comerciais praticadas, incluindo descontos, campanhas promocionais e outros incentivos concedidos aos clientes, os quais são tratados como redutores da receita e reconhecidos no momento em que a receita é reconhecida.

Devoluções e cancelamentos

Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, a Companhia reconhece a receita em conformidade com a NBC TG 47 / IFRS 15, na medida em que seja provável que não ocorrerá reversão significativa dos valores reconhecidos. A receita é mensurada com base no valor total da transação e apresentada nas demonstrações financeiras líquida de impostos indiretos, devoluções estimadas e cancelamentos, refletindo o valor que a Companhia espera realizar.

Impostos sobre vendas

A receita líquida é apresentada deduzida dos impostos incidentes sobre vendas, que incluem, principalmente, ICMS, PIS e COFINS, conforme aplicável à natureza das operações.

2.19 Novas normas e interpretações contábeis

2.19.1 Norma IFRS S1/CBPS 01 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e IFRS S2/CBPS 02 - Divulgações relacionadas ao clima

Com adoção obrigatória para 2026 e voluntária a partir de 2024, as normas exigem que a entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionadas à sustentabilidade e ao clima, que sejam úteis aos usuários das demonstrações financeiras. A Companhia não adotou voluntariamente para o ano de 2025, mas está avaliando os impactos das referidas normas.

2.19.2 Norma CPC 51/IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027 e substituirá a IAS 1/CPC 26, com alterações significativas na estrutura da Demonstração do Resultado, introduzindo novas categorias e subtotais para a classificação das receitas e despesas. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes da adoção da nova norma, incluindo a revisão de políticas contábeis, ajustes na estrutura de apresentação do Resultado e eventuais mudanças em processos, controles internos e sistemas. O CPC 51/IFRS 18 será implementado dentro do prazo estabelecido, assegurando a conformidade com os requerimentos de transição previstos.

2.19.3 Norma IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública

A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027, com objetivo de simplificar o processo de consolidação das demonstrações financeiras, permitindo adoção de políticas contábeis uniformes entre a empresa controladora e controlada, a norma facilita a apresentação dos relatórios financeiros dentro de grupos empresariais tornando-as mais consistentes e comparáveis. A Companhia não identificou impactos relevantes.

2.19.4 Reforma do Sistema Tributário Brasileiro

A implementação ocorrerá de forma gradual, com período de transição previsto entre 2026 e 2032, com destaque para a substituição dos tributos sobre o consumo (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI) por dois novos tributos: CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços, de competência federal e IBS - Imposto sobre Bens e Serviços, de competência estadual e municipal. Para 2026 os tributos IBS e CBS serão destacados de forma informativa nos documentos fiscais. A Companhia mantém acompanhamento contínuo por meio de assessoria tributária especializada e, durante o período de transição, adotará medidas como a atualização dos sistemas de ERP e dos controles internos para refletir a nova legislação, bem como o treinamento das equipes internas. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Diretoria reforça que, não foram identificados impactos relevantes relacionados à reforma, e que as estimativas continuarão sendo revisadas periodicamente.

2.19.5 Emenda IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Com exigência de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2026, as referidas atualizações visam tornar mais consistentes e adequados os critérios de classificação, mensuração e divulgação de ativos financeiros, especialmente aqueles com cláusulas contratuais que permitem a liquidação antecipada e limitem a exposição ao desempenho de ativos específicos, como os relacionados com temas ESG. Não é esperado impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.19.6 Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

O IASB emitiu ajustes pontuais destinados ao esclarecimento de redações, correções de inconsistências e aprimoramento da coerência de diversas normas contábeis. As melhorias abrangem cinco normas: IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS10 e IAS 7. As alterações entram em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada. A Companhia avaliou os efeitos das melhorias e concluiu que não são esperados impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, diversas estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, avaliação das vidas úteis do ativo imobilizado, mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, verbas contratuais, provisões necessárias para riscos de natureza cível, trabalhista e tributária, taxa de desconto em arrendamentos, pagamentos baseados em ações e determinações de provisões para tributos sobre o lucro. Como o julgamento da Diretoria envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. As estimativas consideradas pela Diretoria como mais críticas, podendo trazer efeitos significativos nos saldos contábeis, estão descritas a seguir:

3.1 Provisão para perdas no estoque

A provisão para perdas no estoque é estimada baseada nos estoques das lojas e centros de distribuição cujos prazos de vencimento estejam próximos ao término da validade, sendo considerado suficiente pela Diretoria frente ao risco da perda destes estoques. Os valores estão representados na nota explicativa 8. Mensalmente a Companhia avalia e realiza a baixa de itens que já estão vencidos e com avarias.

3.2 Provisão para perda de crédito esperada nas contas a receber

A provisão para perda de crédito esperada é baseada em certas premissas e envolve o julgamento da Diretoria, consistente com as práticas contábeis divulgadas na nota explicativa 2.5.4 das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025. Os valores podem ser verificados na nota explicativa 7.

3.3 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As estimativas para a constituição das provisões para riscos são analisadas pela Diretoria com base na opinião dos advogados da Companhia, onde são considerados fatores como a hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. A realização destas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados contabilmente dependendo do desfecho de cada processo judicial ou administrativo.

3.4 Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os *inputs* considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses *inputs* não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. Informações adicionais sobre os instrumentos financeiros podem ser encontradas na nota explicativa 4.

3.5 Verbas contratuais

As estimativas para o reconhecimento contábil das negociações para verbas são baseadas nas transações com fornecedores, consistente com as práticas contábeis divulgadas na nota explicativa 2.8 das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025. Os valores podem ser verificados na nota explicativa 26, na rubrica "ressarcimento de custos com aportes".

3.6 Tributos sobre o lucro

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para o imposto de renda está adequada baseando-se em avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e opinião de seus assessores jurídicos. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da Diretoria é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.7 Taxa de desconto do IFRS 16 / CPC 06 (R2)

As estimativas para a determinação da taxa de desconto são baseadas em premissas, conforme descrito na nota explicativa 20.

3.8 Pagamento baseado em ações IFRS 02 / CPC 10

A Companhia possui um plano de incentivo a longo prazo do tipo *Matching Shares*, no qual colaboradores elegíveis compram ações da empresa e, após cumprirem as condições e o período de carência, recebem ações adicionais (*matching*) que são tratadas como remuneração baseada em ações, reconhecidas conforme o CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, com apropriação no resultado pelo seu valor justo, ao longo do período de *vesting* com contrapartida no patrimônio líquido.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros como: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito, risco de liquidez e risco de câmbio. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia realiza a gestão de riscos financeiros por meio da identificação e avaliação contínua de potenciais exposições, em alinhamento com as diretrizes e políticas internas aprovadas, de modo a reduzir possíveis efeitos adversos sobre o desempenho financeiro e operacional. A Diretoria define os princípios para a gestão global de riscos, abrangendo aspectos como o risco de taxa de juros, risco de crédito, utilização de instrumentos financeiros e aplicação de excedentes de caixa.

4.1.1 Risco de mercado

Risco de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo e do excedente de caixa investido em aplicações pós-fixadas, como CDBs. Os empréstimos tomados e investimentos de caixa variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e investimentos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos e investimentos da Companhia às taxas variáveis e fixas estavam registrados em Reais. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos alternativos, bem como novas possibilidades de investimento do excedente de caixa. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos e os ativos que representam as principais posições com juros.

Risco cambial

Como parte de sua estratégia de gestão financeira, a Companhia também realiza captações externas no formato 4131, estruturadas com instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de mitigar integralmente a exposição à variação cambial. Essas operações proporcionam maior estabilidade financeira, flexibilidade de caixa e otimização do custo de captação. A utilização de derivativos busca assegurar que os efeitos da volatilidade cambial não impactem de forma desfavorável os resultados da Companhia. Nos termos do CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros, a Companhia reconhece os instrumentos financeiros em seu balanço patrimonial conforme a mensuração pelo valor justo. Durante a vigência da operação, são reconhecidos derivativos ativos ou passivos de acordo com a variação do valor justo do *swap*. Ao término do contrato, os efeitos da variação cambial da dívida captada e do derivativo são compensados financeiramente, resultando em uma exposição neutra ao risco cambial. A Companhia mantém aplicações financeiras em moeda estrangeira com recursos de caixa próprio, com o objetivo de mitigar a exposição às variações cambiais associadas a compromissos em moeda estrangeira. A manutenção de ativos na mesma moeda contribui para o alinhamento entre ativos e passivos, reduzindo os efeitos das flutuações cambiais sobre o resultado financeiro e favorecendo uma gestão mais eficiente da liquidez.

Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao CDI. Para os ativos e passivos expostos à taxas de juros (CDI), a análise de sensibilidade é elaborada assumindo que o valor do passivo em aberto na data do relatório estava em aberto durante todo o período. O cenário I é baseado na curva de juros do CDI acumulada no período que representa a sua taxa de juros praticada no longo do tempo, refletindo as expectativas do mercado sobre a trajetória futura da taxa e é utilizado ao reportar o risco de taxa de juros internamente para o pessoal-chave da Administração e representa a avaliação da Diretoria da alteração razoavelmente possível nas taxas de juros. Adicionalmente, para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, a Diretoria avaliou um crescimento/deterioração de 25% nas taxas de juros do cenário I, equivalente a uma alteração de 338 pontos base, assumindo que as outras variáveis se mantivessem constantes, o resultado financeiro do período aumentaria em R$ 4 milhões e diminuiria em R$ 3 milhões.

Índice/Operação	Cenário I	Aumento dos juros +25% Cenário II	Redução dos juros -25% Cenário III
Aplicações financeiras + caixa e equivalentes	52.985	66.218	39.46
Dívida	(69.423)	(78.586)	(53.116)
Efeito no resultado financeiro	(16.438)	(12.368)	(13.370)

A Companhia mantém uma parcela significativa de dívidas contratadas a taxas fixas ou a taxas fixas acrescidas da Taxa Referencial (TR). As taxas fixas não sofrem alterações em função de variações em indicadores de mercado, como o CDI ou a própria TR. Por se tratar de montante imaterial, eventuais oscilações na TR não geram impacto relevante nas demonstrações financeiras. Para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, a Diretoria avaliou um crescimento/deterioração de 25% na variação cambial:

Índice/Operação	Nocional (R$) 31/12/2025	USD Estável	Aumento de USD +25% Cenário I	Redução de USD -25% Cenário II
Dólar (USD)		5,50	6,88	4,13
Time Deposit	14.744	-	(18.431)	(11.058)
Efeito de Variação Cambial	-	-	**(18.431)**	**(11.058)**

4.1.2 Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes pessoas jurídicas e pessoas físicas, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades que possuam operações de reciprocidade com a Companhia. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente pela Diretoria. As vendas para clientes das filiais de varejo são liquidadas em moeda corrente, transferência bancária, convênios ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco de crédito. A previsão de fluxo de caixa é realizada com base em informações fornecidas pelas unidades operacionais. A Companhia monitora as previsões de exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não ultrapasse os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais, por exemplo, restrições de moeda.

4.1.3 Risco de liquidez

O excesso de caixa, além do valor exigido para a administração do capital circulante, é investido em aplicações financeiras de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada conforme determinado pelas previsões mencionadas anteriormente. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha aplicações financeiras de curto prazo de R$376.761 na controladora e R$386.751 no consolidado, que geraram entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são fluxos de caixa não descontados contratados.

Consolidado					
Em 31 de dezembro de 2025	**Fluxo de caixa contratual**	**Menos de um ano**	**De um a três anos**	**De três a cinco anos**	**Mais de cinco anos**
Fornecedores	725.307	725.307	-	-	-
Arrendamento mercantil	794.291	136.889	194.135	288.927	174.340
Empréstimos e financiamentos	907.898	247.067	396.927	182.676	81.228
Total	2.427.496	1.109.263	591.062	471.603	255.568
Em 31 de dezembro de 2024	**Fluxo de caixa contratual**	**Menos de um ano**	**De um a três anos**	**De três a cinco anos**	**Mais de cinco anos**
Fornecedores	630.823	630.823	-	-	-
Arrendamento mercantil	681.148	129.803	162.816	242.315	146.214
Empréstimos e financiamentos	699.932	196.319	267.213	173.388	63.012
Total	2.011.903	956.945	430.029	415.703	209.226

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. A Companhia tem como objetivo estratégico de negócio manter seu endividamento financeiro líquido comparado à soma da dívida líquida financeira e patrimônio líquido em patamares baixos. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 podem ser assim sumariados:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Total dos empréstimos (Nota 17)	**684.338**	533.943	**711.974**	554.657
Menos:				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	**(42.541)**	(78.903)	**(43.745)**	(79.995)
Aplicações financeiras em moeda nacional	**(362.017)**	(73.440)	**(372.007)**	(133.413)
Aplicações financeiras em moeda estrangeira	**(14.744)**	-	**(14.744)**	-
Dívida líquida – A	**265.036**	381.600	**281.478**	341.249
Total do patrimônio líquido	**1.281.851**	1.234.714	**1.281.851**	1.234.714
Total do capital – B	**1.546.887**	1.591.376	**1.563.329**	1.575.963
Índice - % - A/B	**17,13**	23,98	**18,01**	21,65

5. Instrumentos financeiros por categoria

5.1 Classificação dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados conforme a tabela abaixo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

2025	Controladora Custo amortizado	Controladora Vlr. justo p/meio do resultado	Consolidado Custo amortizado	Consolidado Vlr. justo p/meio do resultado
Caixa e equivalentes de caixa	-	**42.541**	-	**43.745**
Aplicações financeiras - moeda nacional	-	**362.017**	-	**372.007**
Aplicações financeiras - moeda estrangeira	-	**14.744**	-	**14.744**
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	**664.971**	-	**672.045**	-
Total	**664.971**	**419.302**	**672.045**	**430.496**

2024	Controladora Custo amortizado	Controladora Vlr. justo p/meio do resultado	Consolidado Custo amortizado	Consolidado Vlr. justo p/meio do resultado
Caixa e equivalentes de caixa	-	78.903	-	79.995
Aplicações financeiras - moeda nacional	-	73.440	-	133.413
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	572.889	-	578.004	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	19.661	-	19.661
Total	572.889	172.004	578.004	233.069

5.2 Classificação dos passivos financeiros

2025	Controladora Custo amortizado	Controladora Vlr. justo p/meio do resultado	Consolidado Custo amortizado	Consolidado Vlr. justo p/meio do resultado
Fornecedores	**734.761**	-	**725.307**	-
Empréstimos e financiamentos	**684.338**	-	**711.974**	-
Obrigações por arrendamento mercantil	**794.291**	-	**794.291**	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	**5.354**	-	**5.354**
Débito com partes relacionadas	**27.000**	-	-	-
Total	**2.240.390**	**5.354**	**2.231.572**	**5.354**

2024	Controladora Custo amortizado	Controladora Vlr. justo p/meio do resultado	Consolidado Custo amortizado	Consolidado Vlr. justo p/meio do resultado
Fornecedores	641.339	-	630.823	-
Empréstimos e financiamentos	533.943	-	554.657	-
Obrigações por arrendamento mercantil	681.148	-	681.148	-
Total	1.856.430	-	1.866.628	-

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes e outras contas a receber, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. O valor justo estimado para os empréstimos e financiamentos da Controladora, em 31 de dezembro de 2025 era de R$667.741 e R$691.667 no consolidado, calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos e pode ser comparado com o valor contábil de R$684.338 na controladora e R$711.974 no consolidado.

5.3 Hierarquia de valor justo

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros considerando uma técnica de avaliação de Nível 2. Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 até 31 de dezembro de 2025.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média (a.a.%)	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Recursos em caixa (filiais do varejo)	-	**5.155**	5.813	**5.155**	5.813
Depósitos bancários de curto prazo	-	**14.086**	13.848	**15.290**	14.673
Aplicações financeiras - renda fixa (*)	95,9% do CDI	**23.300**	59.242	**23.300**	59.509
Total		**42.541**	78.903	**43.745**	79.995

(*) As aplicações financeiras, em sua maioria, referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e operações compromissadas, remuneradas a um percentual do CDI. As informações sobre a liquidez das aplicações estão detalhadas na Nota 4.

6.2 Aplicações

	Taxa média (a.a.%)	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fundo de investimento exclusivo	100,4% do CDI	**362.017**	73.440	**363.884**	123.223
Fundo Bradesco referenciado	99,0% do CDI	-	-	**8.123**	10.190
Total		**362.017**	73.440	**372.007**	133.413
Aplicações financeiras - moeda estrangeira*	4,3% (*)	**14.744**	-	**14.744**	-
Total		**376.761**	73.440	**386.751**	133.413

(*) Taxa pré-fixada

O fundo de investimento exclusivo GD FIM Crédito Privado é um fundo de renda fixa de crédito privado sob gestão, administração e custódia da BRAM – Bradesco *Asset Management* S.A. DTVM. O fundo de investimento não tem obrigações financeiras significativas, apenas se limitam às taxas de gestão de ativos, às taxas de custódia, às taxas de auditoria e às despesas. O fundo é exclusivamente para o benefício da Companhia e, desta forma, a aplicação financeira no fundo de investimento, no qual, a Companhia tem participação exclusiva, foi consolidada. A composição das aplicações financeiras em moeda nacional por modalidade está descrita no quadro a seguir:

Modalidade	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fundos de investimentos	**197.708**	113.126
Debêntures	-	6.449
LF	-	3.732
LFT	**174.299**	9.281
NC	-	825
Total	**372.007**	133.413

7. Contas a receber de clientes

7.1 Composição de contas a receber

As contas a receber de clientes contemplam os recebíveis de vendas de mercadorias:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Contas a receber de clientes	**572.397**	448.583	**579.117**	452.712
Provisão para perdas de créditos esperadas e encargos financeiros	**(4.935)**	(8.010)	**(4.935)**	(8.010)
Total	**567.462**	440.573	**574.182**	444.702

7.2 Composição de contas a receber por vencimento

A Vencer	2025	2024
Até 30 dias	**335.792**	247.784
31 a 60 dias	**130.580**	99.179
61 a 90 dias	**61.377**	41.925
91 a 120 dias	**20.439**	18.580
121 a 150 dias	**11.925**	9.988
151 a 180 dias	**1.420**	4.866
Mais de 180 dias	**757**	3.174
	562.290	425.496
Vencidos		
Até 30 dias	**2.507**	7.325
31 a 90 dias	**1.642**	2.094
Acima de 90 dias	**5.958**	13.667
	10.107	23.086
Provisão para encargos financeiros	-	(54)
Provisão para perdas de créditos esperadas	**(4.935)**	(7.956)
Total Controladora	**567.462**	440.573
Contas a receber clientes (Lifar) - A vencer	**4.708**	2.574
Contas a receber clientes (Lifar) - Vencidos	**2.012**	1.555
Total Consolidado	**574.182**	444.702

7.3 Provisão para perdas de crédito esperadas

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base na metodologia do CPC48/IFRS 9. Estima-se a perda esperada a partir da análise da performance da carteira, levando em conta a probabilidade de inadimplência e perda que cada faixa de atraso apresenta. As movimentações da provisão para *impairment* de contas a receber estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Saldo do início do período	**(7.956)**	(6.583)	**(7.956)**	(6.583)
Complemento de provisão	**(2.127)**	(8.378)	**(2.127)**	(8.378)
Valores baixados da provisão	**5.148**	7.005	**5.148**	7.005
Total	**(4.935)**	(7.956)	**(4.935)**	(7.956)

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado do exercício como "Perdas em Crédito Líquidas". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada anteriormente.

8. Estoques

8.1 Composição dos estoques

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Mercadorias para revenda	**1.129.241**	1.121.442	**1.130.513**	1.122.681
Produtos prontos	-	-	**7.957**	6.632
Matérias-primas	-	-	**5.580**	5.580
Materiais de consumo/almoxarifado	**13.551**	7.616	**22.740**	16.630
(-) Perdas esperadas nos estoques	**(176)**	(7)	**(236)**	(7)
Total	**1.142.616**	1.129.051	**1.166.554**	1.151.516

8.2 Perdas esperadas nos estoques

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Saldo inicial	**(7)**	(873)	**(7)**	(933)
Complemento de provisão	**(1.988)**	(7.361)	**(2.278)**	(7.361)
Valores baixados da provisão	**1.819**	8.227	**2.049**	8.287
Saldo final do exercício	**(176)**	(7)	**(236)**	(7)

9. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Imposto de renda - pessoa jurídica - IRPJ	**3.560**	10.800	**4.983**	10.981
Contribuição social s/lucro líquido - CSLL	-	330	**141**	347
Total	**3.560**	11.130	**5.124**	11.328

10. Impostos a recuperar

10.1 Composição dos impostos a recuperar

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante				
Imposto s/ circularização de mercadorias e serviços - ICMS	**21.914**	25.659	**22.047**	26.815
Programa de Integração Social - PIS	**123**	1.767	**123**	1.767
Contribuição p/ financiamento da seguridade social - COFINS	**544**	8.432	**544**	8.432
Outros	**240**	652	**240**	1.236
Total	**22.821**	36.510	**22.954**	38.250
Não Circulante				
Imposto s/ circularização de mercadorias e serviços - ICMS	**14.465**	12.975	**14.465**	12.975
Total	**14.465**	12.975	**14.465**	12.975

10.2 ICMS-ST no estado de Santa Catarina

Em 31 de maio de 2023, transitou em julgado, junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a decisão que permite a recuperação dos valores de ICMS-ST, que foram recolhidos em montante superior aos valores efetivamente praticados nas vendas, em virtude da metodologia de apuração do ICMS-ST no Estado de Santa Catarina. A Companhia apurou e contabilizou até o quarto trimestre de 2025 o crédito parcial, referente aos períodos de 2011 a 2017, no montante de R$14.950 (R$10.819 de principal e 4.131 de atualização). Este processo, segue em validação final e havendo créditos complementares, serão contabilizados após a sua conclusão. A compensação destes valores está condicionada ao despacho do pedido, protocolado em 18/04/2024.

10.3 Exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e COFINS

Em 13 de setembro de 2024, transitou em julgado, junto ao Superior Tribunal de Justiça (TRF-4), a decisão que permite a recuperação dos valores de PIS e COFINS referentes a exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e da COFINS devido pelos contribuintes substituídos. Este processo dá direito a créditos do período de setembro de 2018 a setembro de 2024. A Companhia apurou e contabilizou até 4T2025 o total de R$32.341 (sendo R$24.563 de principal R$7.778 de atualização). As compensações iniciaram-se em fevereiro de 2025 e ao longo do exercício foi compensado o montante de R$32.093.

11. Investimentos em controladas

11.1 Movimentação dos investimentos

Os investimentos da Companhia são contabilizados na Controladora pelo método de equivalência patrimonial e estão demonstrados abaixo:

2025	Capital social	Quotas possuídas (unidade)	% participação	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Saldo inicial em 1º de janeiro	Resultado de equivalência	Dividendos/ Aumento de capital	Total do investimento
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	**8.978**	**19.999**	**99,99%**	**31.700**	**4.294**	**52.903**	**4.294**	**(25.499)**	**31.699**
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda	**12.478**	**1.247.837.668**	**99,99%**	**43.379**	**(60)**	**29.239**	**(78)**	**11.978**	**41.143**
Total						**82.142**	**4.216**	**(13.521)**	**72.842**

2024	Capital social	Quotas possuídas (unidade)	% participação	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Saldo inicial em 1º de janeiro	Resultado de equivalência	Dividendos/ Aumento de capital	Total do investimento
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	8.978	19.999	99,99%	52.905	38.710	51.324	38.710	(37.131)	52.903
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda.	500	499.999	99,99%	31.461	(2.636)	32.296	(3.057)	-	29.239
Total						83.620	35.653	(37.131)	82.142

11.2 Composição dos investimentos

A seguir estão demonstradas informações relativas às empresas controladas:

Empresas controladas 2025	Controle	Total do Ativo	Total do Passivo	Patrimônio Líquido
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	Participação Direta	**32.355**	**656**	**31.700**
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda.	Participação Direta	**77.416**	**34.037**	**43.379**
Lifar Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda.	Participação Indireta	**12.232**	**4.177**	**8.055**

Empresas controladas 2024	Controle	Total do Ativo	Total do Passivo	Patrimônio Líquido
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	Participação Direta	53.313	410	52.903
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda.	Participação Direta	83.691	52.230	31.461
Lifar Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda.	Participação Indireta	24.795	5.224	19.571

12. Imobilizado

O saldo de imobilizado compreende ativos próprios e arrendados. Os imóveis e veículos arrendados são aqueles incluídos na coluna "Direito de uso".

12.1 Síntese da movimentação do ativo imobilizado da controladora

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos e aeronaves	Benfeitoria	Imobilizado em andamento	Direito de uso (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024										
Custo	98.764	83.064	68.301	188.505	83.291	21.324	280.024	14.357	1.262.251	2.099.881
Depreciação acumulada	(12.506)	(28.446)	(28.064)	(79.885)	(57.537)	(2.190)	(79.483)	-	(650.829)	(938.940)
Saldo líquido 31 de dezembro de 2024	86.258	54.618	40.237	108.620	25.754	19.134	200.541	14.357	611.422	1.160.941
Em 31 de dezembro 2025										
Aquisições	**228**	**6.348**	**19.620**	**3.321**	**19.689**	-	**1.311**	**69.949**	**259.953**	**380.419**
Baixas	-	**(219)**	**(216)**	**(1.058)**	**(93)**	-	**(1.004)**	**(15)**	**(11.002)**	**(13.607)**
Depreciação	**(1.523)**	**(5.413)**	**(6.527)**	**(16.527)**	**(11.646)**	**(743)**	**(22.025)**	-	**(141.576)**	**(205.980)**
Transferências	-	**427**	**652**	**3.066**	**474**	-	**56.962**	**(61.516)**	-	**65**
Saldo contábil líquido	**84.963**	**55.761**	**53.766**	**97.422**	**34.178**	**18.391**	**235.785**	**22.775**	**718.797**	**1.321.838**
Em 31 de dezembro 2025										
Custo	**98.992**	**89.353**	**87.387**	**190.660**	**101.466**	**21.258**	**334.908**	**22.775**	**1.511.202**	**2.458.001**
Depreciação acumulada	**(14.029)**	**(33.592)**	**(33.621)**	**(93.238)**	**(67.288)**	**(2.867)**	**(99.123)**	-	**(792.405)**	**(1.136.163)**
Saldo contábil líquido	**84.963**	**55.761**	**53.766**	**97.422**	**34.178**	**18.391**	**235.785**	**22.775**	**718.797**	**1.321.838**

(*) Composição das movimentações de direito de uso estão detalhadas na nota explicativa 20 de Arrendamentos.

12.2 Síntese da movimentação do ativo imobilizado do consolidado

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos e aeronaves	Benfeitoria	Imobilizado em andamento	Direito de uso (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024										
Custo	101.568	90.025	68.655	193.857	83.534	21.323	285.846	14.357	1.262.251	2.121.416
Depreciação acumulada	(13.899)	(30.630)	(28.240)	(82.491)	(57.653)	(2.189)	(81.419)	-	(650.829)	(947.350)
Saldo líquido 31 de dezembro de 2024	87.669	59.395	40.415	111.366	25.881	19.134	204.427	14.357	611.422	1.174.066
Em 31 de dezembro 2025										
Aquisições	**228**	**6.979**	**19.748**	**3.621**	**19.778**	-	**1.843**	**69.949**	**259.953**	**382.099**
Baixas	-	**(270)**	**(216)**	**(1.059)**	**(93)**	-	**(1.004)**	**(15)**	**(11.002)**	**(13.659)**
Depreciação	**(1.539)**	**(5.847)**	**(6.559)**	**(16.956)**	**(11.688)**	**(743)**	**(22.298)**	-	**(141.576)**	**(207.206)**
Transferências	-	**427**	**652**	**3.066**	**474**	-	**56.962**	**(61.516)**	-	**65**
Saldo contábil líquido	**86.358**	**60.684**	**54.040**	**100.038**	**34.352**	**18.391**	**239.930**	**22.775**	**718.797**	**1.335.365**
Em 31 de dezembro 2025										
Custo	**101.795**	**96.749**	**87.870**	**196.312**	**101.816**	**21.258**	**341.353**	**22.775**	**1.511.202**	**2.481.130**
Depreciação acumulada	**(15.437)**	**(36.065)**	**(33.830)**	**(96.274)**	**(67.464)**	**(2.867)**	**(101.423)**	-	**(792.405)**	**(1.145.765)**
Saldo contábil líquido	**86.358**	**60.684**	**54.040**	**100.038**	**34.352**	**18.391**	**239.930**	**22.775**	**718.797**	**1.335.365**

(*) Composição das movimentações de direito de uso estão detalhadas na nota explicativa 20 de Arrendamentos.

12.3 Outras informações

A Companhia não identificou a existência de indicadores de que os ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de depreciação do imobilizado, considerando a vida útil dos bens:

	Taxa média depreciação (% a.a.) 2025	2024
Imóveis	**2**	2
Máquinas e equipamentos	**7**	7
Móveis e utensílios	**9**	9
Instalações	**9**	9
Computadores e periféricos	**24**	24
Veículos	**20**	20
Aeronaves	**4**	4
Benfeitorias	**7**	7

13. Intangível

13.1 Síntese da movimentação do ativo intangível da controladora

Controladora	Fundo de comércio	*Software*	Marcas e fórmulas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Custo	26.017	177.546	365	203.928
Amortização acumulada	(20.070)	(88.071)	(12)	(108.153)
Saldo líquido 31 de dezembro de 2024	5.947	89.475	353	95.775
Em 31 de dezembro 2025				
Aquisições	**479**	**36.725**	-	**37.204**
Baixas	-	**(645)**	-	**(645)**
Amortização	**(1.357)**	**(23.751)**	-	**(25.108)**
Transferência	-	**(60)**	**(5)**	**(65)**
Saldo contábil líquido	**5.069**	**101.744**	**348**	**107.161**
Em 31 de dezembro 2025				
Custo	**26.150**	**213.034**	**361**	**239.545**
Amortização acumulada	**(21.081)**	**(111.290)**	**(13)**	**(132.384)**
Saldo contábil líquido	**5.069**	**101.744**	**348**	**107.161**

13.2 Síntese da movimentação do ativo intangível do consolidado

Consolidado	Fundo de comércio	*Software*	Marcas e fórmulas	Total
Custo	26.017	178.658	957	205.632
Amortização acumulada	(20.070)	(88.725)	(166)	(108.961)
Saldo líquido 31 de dezembro de 2024	5.947	89.933	791	96.671
Em 31 de dezembro 2025				
Aquisições	**479**	**36.966**	**491**	**37.936**
Baixas	-	**(645)**	**(37)**	**(682)**
Amortização	**(1.357)**	**(23.916)**	**(61)**	**(25.334)**
Transferência	-	**(60)**	**(5)**	**(65)**
Saldo contábil líquido	**5.069**	**102.278**	**1.179**	**108.526**
Em 31 de dezembro 2025				
Custo	**26.150**	**214.348**	**1.408**	**241.906**
Amortização acumulada	**(21.081)**	**(112.070)**	**(229)**	**(133.380)**
Saldo contábil líquido	**5.069**	**102.278**	**1.179**	**108.526**

13.3 Outras informações

A Companhia não identificou a existência de indicadores de que os ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de amortização do intangível:

	Taxa média amortização (% a.a.) 2025	2024
Fundo de comércio	**13**	13
Software	**18**	18
Marcas e fórmulas	**10**	10

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos

14.1 Composição do diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Adições temporárias	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Provisão (Reversão) p/perdas em estoque	**176**	7	**236**	7
Provisão (Reversão) para indenizações trabalhistas e tributárias	**6.811**	6.348	**7.799**	7.368
Provisão (Reversão) para PLR	**18.190**	12.907	**18.191**	13.002
Provisão (Rev.) p/créditos liq. duvidosa	**4.935**	7.956	**4.935**	7.956
Provisão (Reversão) desconto financeiro	-	54	-	54
Crédito Diferido	-	(6.707)	-	(6.707)
Efeito líquido IFRS 16	**75.493**	69.727	**75.493**	69.727
Valor justo *Matching Shares*	**8.427**	19.305	**8.427**	19.305
Variação Cambial - Regime de caixa	**3.860**	23.022	**3.860**	23.022
Instrumentos derivativos	**5.354**	(19.661)	**5.354**	(19.661)
Outras provisões	**9.840**	11.894	**9.903**	12.080
Total base de cálculo	**133.086**	124.852	**134.198**	126.153
Imposto de renda à alíquota 25%	**33.272**	31.213	**33.549**	31.538
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	**2.621**	7.877	**9.472**	13.392
Contribuição social à alíquota 9%	**11.978**	11.237	**12.078**	11.354
Contrib. Social s/base de cálc. negativa	**2.383**	4.142	**4.850**	6.127
Total impostos diferidos ativos	**50.254**	54.469	**59.949**	62.411
Exclusões temporárias				
Ajustes decorrentes de arrend. mercantil	-	2.337	-	2.337
Total base de cálculo	-	2.337	-	2.337
Imposto de renda à alíquota 25%	-	584	-	584
Contribuição social à alíquota 9%	-	210	-	210
Total impostos diferidos passivos	-	794	-	794
Total impostos diferidos líquidos	**50.254**	53.675	**59.949**	61.617

14.2 Cronograma de realização do diferido

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia e considerando a realização histórica dos ativos que originaram o saldo do imposto de renda e contribuição social, estima-se o seguinte cronograma de realização:

	Controladora 2025	Consolidado 2025
2025	**25.126**	29.973
2026	**6.282**	7.494
2027	**6.282**	7.494
2028	**6.282**	7.494
2029	**6.282**	7.494
Total	**50.254**	59.949

15. Conciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**143.573**	111.071	**145.540**	112.564
Alíquota fiscal combinada	**34%**	34%	**34%**	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	**(48.815)**	(37.764)	**(49.484)**	(38.272)
Outras receitas (despesas) não dedutíveis	**(1.265)**	(1.348)	**(1.342)**	(1.365)
Participação dos Administradores	**(1.117)**	(1.149)	**(1.117)**	(1.149)
Juros S/ Capital Próprio - Benefício	**17.505**	16.999	**17.505**	16.999
Resultado de equivalência patrimonial	**1.434**	12.123	-	-
Créditos decorrentes Ações Judiciais	**3.859**	3.566	**3.859**	3.772
Incentivos fiscais - Programa Alimentação do Trabalhador (PAT)	**294**	178	**294**	178
Incentivos fiscais - subvenção p/investimentos - Créd. Presumido	**3.722**	-	**3.722**	-
Rever. efeito da tributação lucro real na controlada cuja tributação é feita com base no lucro presumido	-	-	**2.115**	14.314
Tributação pelo regime de lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas para base de cálculo	-	-	**(1.950)**	(3.413)
Incentivos Fiscais Inovação Tecnológica - Benefício	**4.220**	2.129	**4.220**	2.129
Incentivos Fiscais - Empresa Cidadã	**376**	-	**376**	-
Variação Cambial Regime de Caixa	-	(320)	-	(320)
Reversão Efeito Diferido Períodos anteriores	**795**	-	**795**	-
Efeito parcela isenta do adicional 10% IR - Benefício	**24**	24	**72**	72
	(18.968)	(5.562)	**(20.935)**	(7.055)

Continua